

Perdidos

Rogério L. Furquim Werneck*

Cento e trinta quilômetros a noroeste de Cuiabá, onde o rio Paraguai recebe as águas do rio dos Bugres, na próspera fronteira agrícola de Mato Grosso. Por aí andava o presidente Lula no começo da semana passada, quando deu ao País a real medida de quão perdido estava. Não que tivesse qualquer dúvida sobre onde se encontrava. O que confessou foi que ainda não tinha a mais remota idéia do que fazer no seu segundo mandato. Não poderia ter sido mais sincero. “Eu vou me dedicar até o dia 31 de dezembro a destravar o País. Ou seja: tem algo. E não me pergunte ainda o que é, que eu não sei. E não me pergunte a solução, que não tenho. Mas vou encontrar, porque o Brasil precisa crescer.”

Quem achava que isso era preocupante ainda não tinha visto nada. Por mais espantosa que fosse, a declaração de Barra do Bugres pelo menos ainda deixava a esperança de que, na busca da melhor maneira de “destravar o País”, o presidente afinal viesse a encontrar o bom caminho. A se julgar, contudo, pelo que foi ventilado nesta semana sobre o teor das medidas que vêm sendo preparadas no Planalto, tal esperança começa a parecer infundada.

O governo já deixou claro que não haverá corte de gastos públicos. Prefere falar em conter o crescimento dos gastos. A partir de 2008, quem sabe, tendo em vista que a expansão fiscal de 2007 já está a caminho. Quanto à Previdência, prefere choque de gestão. O direito de aposentadoria aos 50 anos continua sendo considerado sagrado. E as tergiversações de sempre estão na ordem do dia: primeiro é preciso combater a sonegação e agilizar a cobrança da dívida ativa.

Por outro lado, sem nenhuma folga para prodigalidade, o governo acena com desonerações fiscais generosas, capitalização de bancos estatais e vastos programa de investimento público. As contas não fecham. Mas isso não chega a ser visto como um problema. Nem mesmo por Lula. “Hoje não temos mais o FMI dando palpite na economia. É só a gente ter coragem de fazer o que precisa ser feito”.

A notícia mais alarmante, contudo, é a tentativa de fazer ressurgir das cinzas o nacional-desenvolvimentismo do regime militar. Tendo usado o setor elétrico como navio-escola por quatro anos e se dado ao luxo de lhe impor a camisa-de-força de um modelo que não faz sentido, a ministra Dilma Rousseff parece estar afinal alarmada com a possibilidade de um apagão. Já não lhe basta continuar bombeando um volume crescente de recursos públicos para impedir que o modelo afunde. Quer agora que o governo rasgue a fantasia e adote uma política direto-ao-caixa, reabrindo à Eletrobrás

a cornucópia do endividamento externo, para estatizar de vez a expansão do setor elétrico.

É curioso que tenha ressurgido no governo a idéia de que, no que tange ao investimento, o setor público deve ocupar todos os espaços que o setor privado não se interesse em ocupar. Se as razões desse desinteresse advêm dos desmandos do governo, pouco importa. Os mais velhos não deixarão de notar nessa idéia uma triste reedição da “doutrina dos espaços vazios”, brandida com entusiasmo pelos governos militares nos anos setenta. Agora em nova versão 2.0, com espaços vazios ampliáveis pela inépcia e pelo dogmatismo do governo.

Mas alguma coisa se aprendeu nas últimas décadas sobre empresas estatais no presidencialismo de coalizão. E isso parece incomodar as mentes menos rústicas no governo. Já se aventa em Brasília a possibilidade de se criar um comitê interministerial para conter abusos, tanto nos programas de investimento, quanto na política salarial dessas empresas. Não é mera coincidência, a semelhança com a velha Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), criada na reta final do regime militar para, ironicamente, tentar impor os mesmos limites ao investimento e ao crédito que parte do governo agora quer remover.

Com esforço, talvez ainda seja possível manter uma visão otimista e acalantar a possibilidade de que nada disso prospere e que o bom senso acabe prevalecendo no Planalto. Por mais confiáveis que pareçam ser as notícias, é difícil acreditar que o governo esteja de fato prestes a decidir mandar a coerência macroeconômica às favas, para tentar ressuscitar o nacional-desenvolvimentismo do regime militar e repetir a história como farsa. Pois, nesse caso, o que estará perdido é o País.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.